

BOLETIM DA AGENDA RIO 2030



Nº1 | Região Metropolitana do Rio de Janeiro, novembro de 2018 | Distribuição gratuita.

AS JUVENTUDES DA BAIXADA QUEREM VIVER



FOTO: IGOR FREITAS/RAP FREE JAZZ

A VIOLÊNCIA TEM SOLUÇÃO

DO LUTO À LUTA - PG 3

**O DIREITO À
MEMÓRIA DOS
QUE SE FORAM**

OPORTUNIDADES - PG 4

**PREVENÇÃO É
A CHAVE: O QUE
AS PREFEITURAS
TÊM FEITO?**

SEGURANÇA CIDADÃ - PG 6

**CICLO DE
INJUSTIÇAS: 88%
DOS HOMICÍDIOS
FICAM SEM
SOLUÇÃO**

EDITORIAL

O Boletim é o primeiro de uma série de informativos sobre os assuntos prioritários para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, escolhidos pelas organizações que construíram a Agenda Rio 2030. A versão 2018 dela traz um conjunto de 40 propostas de políticas públicas com uma visão de médio prazo para a Baixada, para o Leste e para o Rio inteiro. A publicação está alinhada às Nações Unidas pelos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e traça metas que os países devem alcançar até o ano 2030.

Nesta construção coletiva, a Casa Fluminense tem como interesse principal o monitoramento das políticas públicas por parte dos cidadãos, aproximando a população que demanda melhorias daqueles que decidem pela implementação dos programas de governo. Além da segurança pública e direito à vida, as próximas duas edições do Boletim da Agenda Rio 2030 terão como tema o Bilhete Único e as obras de saneamento básico.

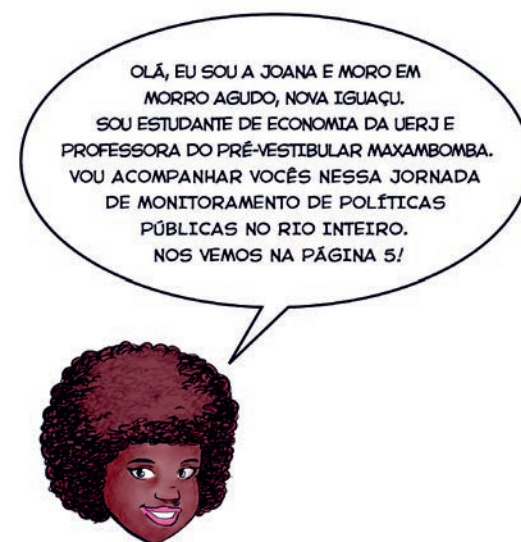
Foco deste Boletim, a proposta 4.1, de redução de homicídios na Baixada Fluminense, será analisada a partir do olhar de quem a constrói, ouvindo diversos grupos da sociedade. O Fórum Grita Baixada é uma das principais referências neste tema e uma das organizações que realizam esta publicação. A organização visa colocar a superação das violências de Estado e do racismo como centro do debate sobre segurança pública na Baixada Fluminense, entendendo que o direito à vida precisa ser preservado sob qualquer hipótese. O Fórum seguirá aprofundando estes temas nas suas próximas publicações, contribuindo para o debate e mobilizando cidadãos para reduzir as violações de direitos no território dos 13 municípios.

Fechando o trio de organizações que assinam este boletim, o Centro Ecumênico de

Formação e Educação Comunitária (Profec), por sua vez, promove diálogos com jovens da Baixada sobre as ideias que são discutidas neste informativo. É a partir deles que as soluções são construídas, buscando caminhos para a superação das desigualdades de oportunidades, que tanto reduzem as expectativas de vida dessa juventude.

Todo o conteúdo tratado adiante é definido pelas experiências das três organizações, em pesquisa, formação, mobilização e incidência. A narrativa escolhida aqui busca falar sobre a construção da identidade da Baixada. Assuntos como a evasão escolar no ensino médio, os confrontos, a baixa resolução dos crimes contra a vida e o racismo estrutural. Queremos comunicar a mensagem de que violência tem solução, de que racismo não é coincidência e que as juventudes da Baixada querem viver e precisam de oportunidades.

Boa leitura!



A CASA FLUMINENSE

Organização que atua em rede para a construção de políticas e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Trabalha por uma metrópole mais justa, democrática e sustentável. Coordenou a elaboração da Agenda Rio 2030.



www.casafluminense.org.br

O FÓRUM GRITA BAIXADA

Coalização de organizações e pessoas da sociedade civil articuladas em prol de iniciativas voltadas aos direitos humanos e a segurança pública, tendo na Baixada Fluminense seu olhar e seu território de ação. Realiza o projeto Direito à Memória e Justiça Racial.



www.forumgritabaixada.org.br

O PROFEC

Instituição ecumênica e de defesa dos direitos humanos, com foco nas crianças, adolescentes, jovens e mulheres da Baixada Fluminense. Promove oficinas e fóruns que fortalecem redes para incidir contra a intolerância, o racismo e o extermínio da juventude negra.



www.profec.org.br

A PROPOSTA 4.1

REDUZIR AS MORTES VIOLENTAS, COM FOCO NA BAIXADA FLUMINENSE

Criar programa de redução de mortes violentas na Baixada Fluminense, com ênfase no aumento da taxa de investigação de assassinatos pela Divisão de Homicídios. Adotar ações preventivas pelas prefeituras da região com foco nas juventudes, em especial as negras e pobres. Aprovar o Relatório Final da CPI dos Autos de Resistência na ALERJ e do Projeto de Lei estadual de nº 182/2015, que cria procedimentos para a apuração de mortes decorrentes de ação policial e determina o afastamento de policiais reincidentes em casos de violência e homicídios. Assegurar o financiamento para programas e políticas públicas de proteção como o PROVITA, PPCAM e PPDDH. Garantir reparação econômica, psicossocial e o direito à memória para as mães e familiares das vítimas de violência do Estado.

PARCEIROS

Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência de Estado da Baixada Fluminense | Ação da Cidadania | AMAR-RJ | Apadrinhe um Sorriso | Casa do Menor | CESEC | Diocese de Nova Iguaçu | Fórum Popular Permanente de Japeri | Frente Estadual pelo Desencarceramento RJ |

Imbariê Nos Trilhos | Kwé Cejá Gbé | Mobiliza Japeri | Movimenta Caxias | Núcleo de Atenção à Violência | Observatório de Favelas | Ouvidoria da Defensoria Pública | Pedala Queimados | Permanente de Japeri | Quiprocó Filmes | Visão Mundial |

MEMÓRIA

QUE BAIXADA É ESSA?

Antes de mais nada precisamos entender um pouquinho mais sobre esse lugar. Hoje a Baixada Fluminense é composta por 13 municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Mesquita, Magé, Guapimirim, Paracambi, Japeri, Itaguaí e Seropédica. Mas até chegar aqui, foi uma longa história.

Ainda no século XIX (dezenove), a região foi importante para a luta dos povos negros pelo fim da escravidão. A natureza da área, formada por uma extensa planície com riachos e pântanos, foi um refúgio seguro para a formação e o desenvolvimento de diversos quilombos. O conjunto de quilombos das margens dos rios Iguaçu e Sarapuí foi apelidado de Hidra de Iguaçu, pois quanto mais eram atacados pelo governo imperial, mais cresciam. O nome é uma referência a Hidra de Lerna, uma criatura quase indestrutível da mitologia grega que habitava um pântano e que quando tinha uma cabeça cortada, outras duas cabeças nasciam no lugar.

Antes da construção das estradas de ferro de Mauá e Pedro II, os rios

foram importantes para o escoamento do ouro e do café. A estrada de ferro de Mauá é a primeira ferrovia do Brasil, e no dia da inauguração da sua estação final Guia de Pacobaíba, em Magé, é comemorado o Dia da Baixada, 30 de abril. Depois as linhas passaram a ser usadas também para o transporte dos moradores e, ao redor das estações, se formaram os primeiros bairros do Recôncavo da Guanabara.

A partir dos anos 1950 a população da região da Baixada cresceu muito com a migração de trabalhadores e trabalhadoras do nordeste e do interior do estado que vinham em busca de oportunidades. As antigas fazendas de laranja foram divididas em lotes de terra que se tornaram opções mais baratas de moradia nas proximidades da capital.

Atualmente nossa querida Baixada é parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e muito plural pela diversidade dos territórios que a compõem. Apesar das singularidades, seus municípios têm muitos desafios comuns. Verdade é que já está na hora de, cada vez mais, colocar a Baixada no centro do debate.

NOSSOS MORTOS TÊM VOZ DIREITO À MEMÓRIA DOS QUE SE FORAM



Inauguração do memorial em reconhecimento ao direito à memória das vítimas da violência de Estado na Baixada. Praça de Direitos Humanos, em Nova Iguaçu | foto: Fabio Leon

Imagine por alguns instantes ter o seu direito à memória e justiça cerceados num contexto da morte de um familiar. Um sentimento que, para alguns de nós seria paralisante, se tornou para um movimento de mulheres chamado de Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense a força para transformar o luto em luta.

Criada após a Chacina da Baixada, em 2005, a Rede de Mães e Familiares na Baixada se articula para fornecer apoio no momento da dor e, principalmente, reunir forças para a luta pela garantia da justiça e da reparação da violência sofrida pelas forças de segurança do Estado. A Rede protagoniza uma defesa fundamental pela vida da juventude negra e pobre da Baixada num cenário de baixa resolução de crimes e altas taxas de mortes violentas.

A HISTÓRIA DE NÍVIA E RODRIGO

Mulher negra, moradora de Nova Iguaçu, graduanda em História pela UERJ, Nívia Raposo é mãe de Tiago Mateus e Rodrigo Tavares e, como

boa educadora, defende a leitura como caminho para aprendizado sobre a defesa de nossos direitos.

Em 2015 seu filho Rodrigo foi morto aos 19 anos, uma semana depois de ter contado a mãe que recebeu ameaças. O assassino de Rodrigo o abordou próximo à porta de casa. Ele chegou a correr alguns metros quando levou o primeiro tiro nas costas e, em seguida, mais seis que provocaram a sua morte.

No mês de outubro completaram três anos do assassinato. Segundo Nívia, os investigadores da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF) até demonstraram um otimismo inicial sobre a agilidade da resolução do crime, considerando o volume de ligações via disque-denúncia. Mas, o caso permanece sem solução na DHBF até hoje. Chegou a ser encaminhado para o Ministério Público, mas retornou à DHBF.

Um ano após a morte de Rodrigo, Nívia conheceu a Rede de Mães e foi acolhida pelo Projeto de Litigância Estratégica, realizado pela parceria do Fórum Grita Baixada com o Centro de Direitos Humanos da Diocese

de Nova Iguaçu e a Rede de Mãe e Familiares Vítimas de Violência.

“A Rede é proteção e acolhimento, e oferece atendimento psicossocial para as famílias e orientação jurídica para que o caso minimamente ande. Vamos articulando para que a Rede ganhe força. Assim, a gente não deixa que aquele caso caia no esquecimento”, conta Nívia.

O acolhimento por parte dos amigos e vizinhos foi sentido por Nívia, que consegue se lembrar de ocasiões em que alguém tentou criminalizar a morte de Rodrigo e prontamente sempre teve alguém ao seu lado que defendia a sua memória.

“Ele era muito querido por todos. Todo mundo sempre via que ele saía cedo e só chegava tarde em casa porque era militar”, lembra Nívia.

Esta história e a de outras mães e familiares que perderam seus entes queridos em decorrência da violência de Estado na Baixada foram contadas no filme *Nossos Mortos Têm Voz*, dos diretores Fernando Souza e Gabriel Barbosa da Quiprocó Filmes.

OPORTUNIDADES

MAIS OPORTUNIDADES PARA AS JUVENTUDES

EDUCAÇÃO E PRIMEIRO EMPREGO



Estudantes em Duque de Caxias na horário de ir para escola.
Foto: Igor Freitas

que já ganhou um prêmio Nobel por suas ideias, diz que quanto mais desenvolvido é um lugar, maiores são as possibilidades de coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. Mas, e as juventudes da Baixada, têm tido oportunidades?

Todo mundo sempre diz que a educação é a base de tudo, e é bem verdade. E nesse assunto, vem um número preocupante: são mais de 200 mil jovens fora do ensino médio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Isso significa que um a cada três adolescentes de 15 a 17 anos não estão frequentando a escola ou estão fora da série certa. São diversos motivos que levam a isso, como a falta de oferta de vagas nas escolas próximas de casa, o que gera dificuldades de transporte; a gravidez e maternidade precoces, que somadas a falta de creches públicas limitam muito o tempo de estudo para as jovens mulheres; a

necessidade de entrar no mercado de trabalho para ajudar financeiramente a família; e, ainda, questões relacionadas à violência urbana.

Outro tema importante é a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego. Cerca de 23% dos jovens da metrópole fluminense estão sem acesso à escola e sem trabalho.



SÃO MAIS DE 200 MIL JOVENS FORA DO ENSINO MÉDIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.

Indo no sentido oposto a esta lógica, vale destacar que, ainda que poucas, na Baixada também existem escolas que oferecem educação básica e formação técnica gratuita e de

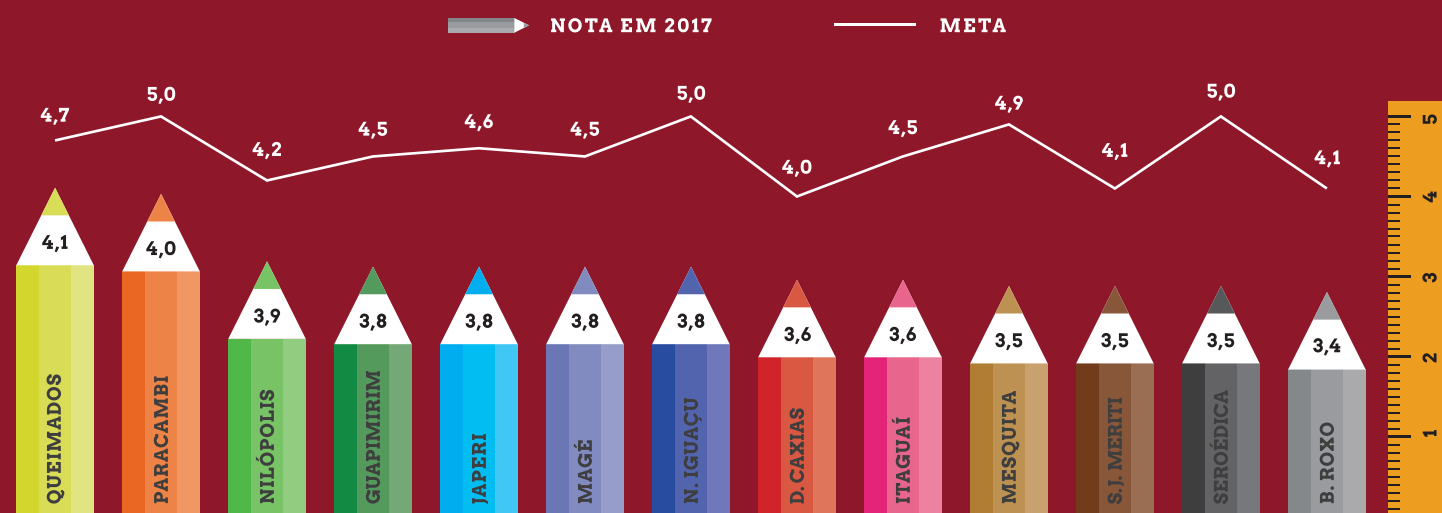
qualidade, como o Cefet e a Fafetec em Nova Iguaçu, o Colégio Pedro II em Duque de Caxias e o IFRJ com unidades em Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis e Paracambi.

Na trilha de oportunidades, tão importante quanto o ensino médio é pensar a qualidade do ensino fundamental, de responsabilidade das prefeituras. Estudos indicam que os anos iniciais são os mais importantes para a formação. A diferença entre a qualidade de ensino nas escolas públicas e nas particulares caras reforça as desigualdades. Para mudar isso, o Ministério da Educação criou o IDEB – Índice de Educação Básica para avaliar a qualidade da educação no Brasil e estabeleceu metas para cada um dos municípios e estados. Em 2017, a educação dos 13 municípios da Baixada ficou abaixo da meta do IDEB. Mais da metade dos municípios (7) pioraram a qualidade do ensino em relação a dois anos antes. Japeri, Nova Iguaçu e Seropédica não atingem a meta desde 2007. Mesquita nunca conseguiu.

PAPEL DAS PREFEITURAS

As prefeituras são responsáveis por oferecer uma educação de qualidade e também devem construir políticas de prevenção da violência contra jovens e adolescentes. Para isso, os bairros e favelas mais vulneráveis precisam ser o foco do esforço, com políticas específicas que integrem ações das secretarias de educação, de assistência social, de saúde, de direitos humanos, de cultura, de juventude, esporte e lazer que tratam da garantia de direitos e da promoção de oportunidades nesses territórios.

IDEB NOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA - 8º E 9º ANOS



RACISMO

NÃO É COINCIDÊNCIA, É RACISMO

ESTRUTURAS QUE EXCLUEM UNS E PRIVILEGIAM OUTROS

Você viu ou conhece alguma história parecida com essas?

– Lúcia se considera parda e tem 29 anos. Quando sai com sua filha, que tem pele clara e cabelos lisos, frequentemente é tratada por estranhos como babá da criança.

– Nelson é preto e tem 25 anos. Em apenas uma semana, o ônibus que pega no trajeto para o trabalho foi parado três vezes em blitzes policiais. Nas três vezes ele

foi o único abordado para uma revista individual.

– Carol, igualmente negra, tem 19 anos. Sua avó é analfabeta, seu pai não concluiu os estudos, mas sua mãe terminou o ensino médio. Ela é a primeira de toda a família a entrar em uma universidade pública.

RETRATOS DAS DESIGUALDADES

A taxa de analfabetismo entre a população negra

(pretos e pardos) é mais que o dobro da encontrada entre a população branca. No ano de 2016, das crianças de 5 a 7 anos que já trabalhavam 64% eram negras e 36% brancas. A renda média dos brancos é de R\$ 2.814, dos pardos R\$ 1.606 e dos pretos R\$ 1.570 por mês (PNAD/IBGE, 2017).

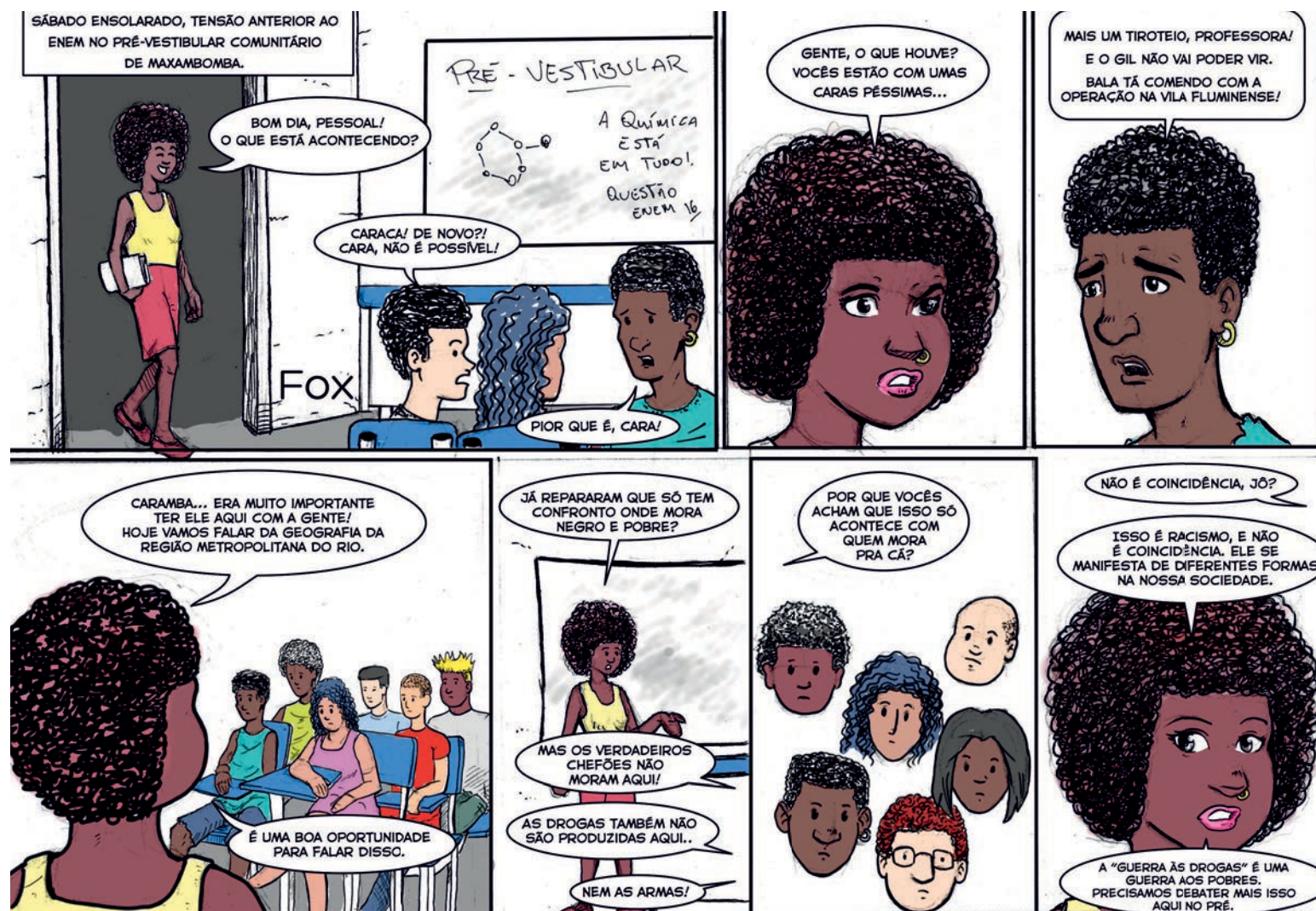
Para falar de segurança pública, além dos lugares mais violentados, como Japeri e Queimados, que têm as maiores taxas de homi-

cídios do país, é importante identificar também quais são os perfis das pessoas que mais sofrem com isso. Em todo o Brasil, a juventude negra e pobre é o principal alvo da violência, e na Baixada não é diferente. Os dados do Mapa da Violência 2018 relembram: no século 21, a cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil.

LIGANDO OS PONTOS

As histórias contadas poderiam ser situações de azar ou de simples deslealdade. Da mesma maneira, os dados poderiam ser indicadores de uma triste coincidência. Entretanto, em um país com a nossa história e o nosso presente, eles são informações que ajudam a compor o quadro de uma realidade que 54% dos brasileiros sentem diariamente na pele. Como herança, temos marcas de um longo período de colonização e agravadas pelo fato de termos sido um dos últimos países do mundo a tornar a escravidão ilegal.

O racismo se manifesta de diferentes jeitos e acontece de maneira estrutural. Isso quer dizer que ele é uma forma de pensar que tenta tornar natural e aceitável uma série de injustiças e desigualdades. Para transformar essa realidade, um dos passos fundamentais é ampliar a representação de pessoas negras nos espaços políticos e de tomada de decisão. Assim, poderemos aprofundar as políticas de ações afirmativas (como as cotas no ensino superior) e estender a qualidade de serviços públicos existentes nas áreas elitizadas aos bairros periféricos e majoritariamente negros, no caminho da efetiva igualdade de acesso à oportunidades pela população negra.



SEGURANÇA CIDADÃ

POR UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA QUE PRIORIZE A VIDA

88% DOS HOMICÍDIOS SEM SOLUÇÃO

Todo mundo sabe que a coisa piorou, mas também não vamos nos iludir: a violência na Baixada está longe de ser uma novidade. Desde a fase de loteamento, em que terras foram vendidas à população trabalhadora, grupos de matadores já atuavam aqui. As primeiras chacinas aconteceram na Ditadura Militar (1964-1985), com os esquadrões da morte, e continuaram com a atuação dos grupos de extermínio na década de 1980 e 1990. Em 2005 aconteceu a chacina da Baixada, com o assassinato de 29 inocentes em apenas uma noite. Assim, a Baixada foi ganhando imagem de região violenta, apesar de ser espaço de moradia da classe trabalhadora que faz girar a economia da capital fluminense. Hoje, a taxa de mortes violentas intencionais da Baixada é duas vezes maior que a da cidade do Rio de Janeiro. É importante sempre lembrar que a violência não é mais intensa porque somos naturalmente violentos. São anos e anos de descaso dos governos, num modelo de desenvolvimento que reforça as desigualdades e aceita que alguns bairros vivam dessa maneira.

INSISTIR NO ERRO

Acreditamos que esse quadro tem, sim, solução. Mas problemas complexos não po-

dem ser resolvidos de maneira simples. Um tipo de proposta simplista é aquela que defende que a polícia tem que matar mais. Esse é o caminho mais curto para gerar mais vítimas inocentes, numa guerra que só há perdedores, começando pelo próprio policial. Esse discurso de guerra gera um ciclo de mais e mais violência, com a morte de supostos criminosos, mas também de cidadãos comuns e policiais. Para ficar em um exemplo: proporcionalmente, a polícia brasileira mata 7 vezes mais que a polícia americana, mas por outro lado, os policiais brasileiros são 19 vezes mais vítimas de assassinatos. Não é coincidência. Além disso, as balas perdidas e os barulhos de tiros geram medo generalizado na população. Para mudar isso, é preciso parar de insistir no que está dando errado e mudar de uma lógica de confronto para ações de inteligência, investigação e prevenção, como defende a proposta 4.2 da Agenda Rio 2030.

CICLO DE INJUSTIÇAS

Somente entre os anos 2008 e 2017 aconteceram 19.331 mortes violentas intencionais nos 13 municípios da Baixada Fluminense. São 19.331 famílias despedaçadas pela violência em apenas dez anos. Para piorar, os homicídios acontecem e ficam sem solução. Um

levantamento do Instituto Sou da Paz mostrou que, no estado do Rio de Janeiro, de cada 100 ocorrências de homicídios dolosos em 2015, apenas 12 geraram denúncias na justiça. Isso quer dizer que a investigação nem sequer aconteceu, ou que a investigação não conseguiu apontar um culpado, ou que mesmo que tenha conseguido identificar o culpado, o Ministério Público está demorando para agir. Essa realidade é cruel por dois motivos: o primeiro pelas famílias que passam anos e, muitas das vezes toda uma vida, sem respostas; o segundo é que esse ciclo de injustiça gera uma sensação de impunidade, e a certeza de que não haverá responsabilização alimenta ainda mais a violência e os crimes.

Por isso é tão importante que o Instituto de Segurança Pública (ISP), que busca dar transparência a estes dados, divulgue informações de maneira mais detalhada sobre a investigação de crimes contra a vida e que a Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBf) consiga solucioná-los. Da mesma maneira, também é importante juntar as informações de todo o sistema de segurança pública. Afinal de contas, a segurança pública não se faz apenas com polícia e precisa da atuação conjunta e integrada de diversas partes, como se pode ver na engrenagem na página a seguir.

DE OLHO NA ALERJ

1 O QUE É UMA CPI?

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo para ouvir depoimentos e pegar informações diretamente, sobre temas de interesse público.

2

TEVE ALGUMA CPI NOS ÚLTIMOS ANOS COM O TEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA?

Sim, algumas. Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), destacamos a CPI dos Autos de Resistência.

3

O QUE ESSA CPI INVESTIGOU?

A CPI analisou os casos de morte por intervenção policial de 2010 até 2015.

4

QUAL FOI O RESULTADO?

O relatório final aprovado pela comissão em 2016 não culpou apenas os policiais militares, mas apontou também outros autores envolvidos nos autos de resistência, incluindo fragilidades no inquérito da Polícia Civil, na perícia, além de deficiências da atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário.

5

ALÉM DA CPI, TEM MAIS DISCUSSÕES NA ALERJ SOBRE AS MORTES POR INTERVENÇÃO POLICIAL?

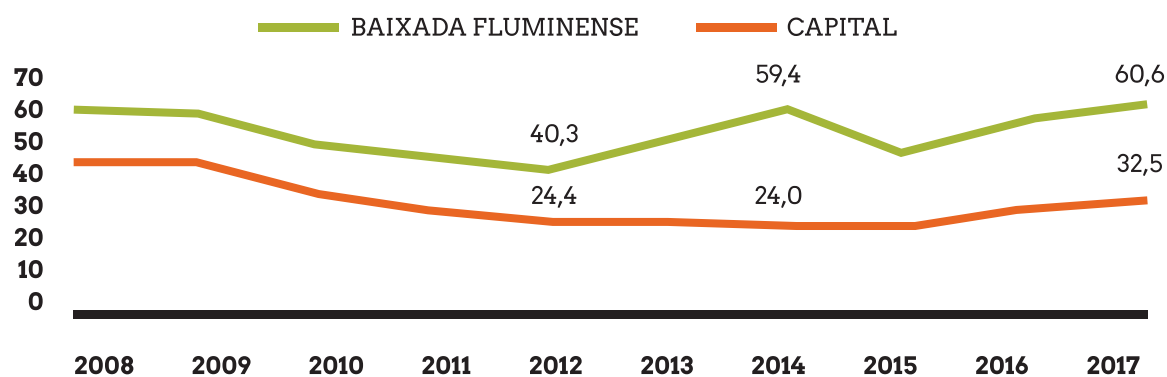
Sim, por exemplo o Projeto de lei nº 182/2015 que é sobre os procedimentos que devem ser adotados pela autoridade policial nas ocorrências de autos de resistência. Em 2009, a ALERJ aprovou uma lei que obriga a instalação de câmeras de vídeo e áudio em viaturas da PMERJ, no entanto, em 2018 apenas 24% da frota possui o equipamento. Além de aprovar as leis, a ALERJ tem que cobrar que as leis sejam cumpridas.

SEGURANÇA CIDADÃ

ENGRENAGEM DA SEGURANÇA PÚBLICA:



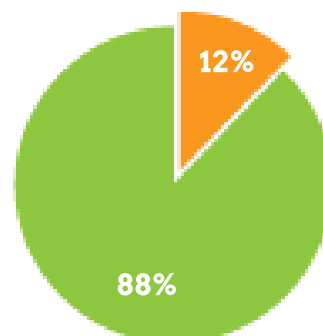
MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS A CADA 100 MIL HABITANTES



Fonte dos dados: Instituto de Segurança Pública - ISP

TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

■ HOMICÍDIOS DENUNCIADOS
■ HOMICÍDIOS QUE NÃO GERARAM DENÚNCIA



Fonte dos dados: Instituto Sou da Paz. 2015

ARTIGO:

BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO. MAS QUEM É O BANDIDO QUE MORRE?

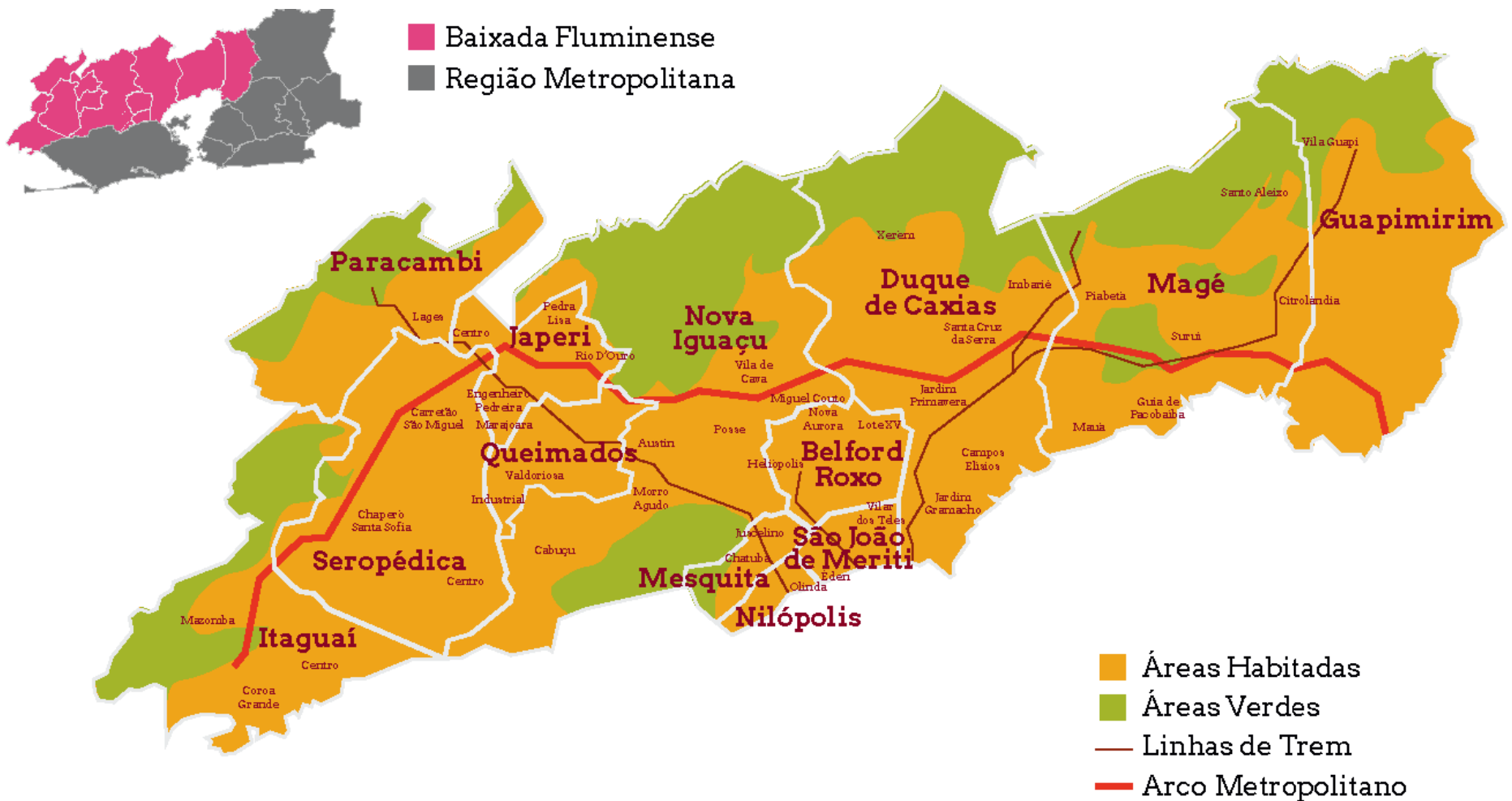
POR RONILSO PACHECO E LUCAS OBALERA DE DEUS

A expressão “bandido bom é bandido morto” se tornou tão comum e corriqueira que nós parecemos ter perdido a capacidade de refletir sobre os impactos reais que ela tem na vida das pessoas, e, em especial, da favela e da população negra e pobre. A lógica é que, se o foco está na execução do bandido, um território, como as favelas e periferias, onde a sociedade acredita estar maior parte dos (se não todos os) bandidos, está sujeito a sofrer todo tipo de ocupação e formas violentas das forças de segurança atuar porque, afinal, ali estão os bandidos. E “bandido bom é bandido morto”.

Como pessoas descartáveis à sociedade, tornam-se urgente percebermos que negros, favelados, periféricos, são alvos preferenciais das abordagens policiais, das operações de repressão, dos tiroteios e do sistema penal. Enquanto fomentarmos a ideia de que bandido bom é bandido morto, estaremos apontando o cano do fuzil para nossas cabeças, casas, famílias e territórios. Só haverá dignidade quando nós todos tivermos uma vida digna e plena. O fim da violência está umbilicalmente conectado com a compreensão de que a banalização do corpo fuzilado de um jovem negro implica na legitimação do assassinato de qualquer pessoa negra e/ou moradora de favelas e periferias. Logo, significa também a naturalização de um cotidiano marcado pela destruição física, psíquica e espiritual de nossas vidas.

Ronilso Pacheco, pastor auxiliar em São Gonçalo e membro do Coletivo Nuvem Negra.

Lucas Obalera de Deus, é cientista social e membro do Coletivo Nuvem Negra.



COMO É SER JOVEM NA BAIXADA FLUMINENSE?

“É cruzar o RJ de ônibus ou trem, é conviver com a violência, é comer nos podrões, ir na igreja, ir na roda de rima, é pegar moto táxi.”

Wesley, 21 anos, Duque de Caxias.

“É ter que sair da nossa própria cidade ou da Baixada para estudar, para trabalhar e para acessar cultura e lazer. É ter um gasto de dinheiro e tempo muito maior. É deixar de fazer muita coisa porque se mora longe.”

Thábara, 28 anos, Magé.

“É reconhecer que em nome de uma suposta guerra às drogas, aceita-se que existem pessoas matáveis. Geralmente negras e de bermuda tactel.”

Alessandra, 25 anos, Nilópolis.

“É complicado e medonho na parte da noite, mas como eu nasci e cresci aqui, é mais de boa. A gente acaba que se acostuma com o perigo, sabe? Tem que tomar umas decisões que se tornam normais, mas que não era para serem tão normais no século 21.”

Dagliane, 18 anos, de Nova Iguaçu.

“É ser ombro para um amigo chorar e depois pegar na mão para dizer ‘vamos’. É dar valor para uma boa vaga de emprego, já que as oportunidades para nós não costumam ser muito boas. Ser jovem aqui é ser resiliência.”

Bruna, 21 anos, de Duque de Caxias.

“Mano, tu não pode ser quadrado na Baixada como jovem. Se não você morre, tá ligado? É uma ‘realidade real’. Não é uma realidade que passa no jornal. Não é uma realidade que você vê na notícia do facebook. É uma realidade que daqui a pouco teu zap toca e teu amigo morreu de algum motivo cabuloso. De uma forma violenta, vítima das diversas mazelas da nossa sociedade. Aqui a gente não pode dar mole. Tem que ser esperto. Tem que saber ser jovem na Baixada.”

Fernando, 25 anos, Nova Iguaçu.

“Uma das coisas que me alegra bastante é ver como em todos municípios da Baixada pulsam ações positivas para os jovens, focadas no estímulo à participação e na valorização da autoestima.”

Juliana, 23 anos, Duque de Caxias.

“É ter podido brincar na rua. É aprender a circular a cidade desde cedo. É precisar agarrar muito bem as escassas oportunidades. Às vezes, é parecer estrangeiro dentro da sua própria universidade na Zona Sul. É se enfiar pelas frestas e tentar trazer mais gente.”

João Pedro, 22 anos, Nova Iguaçu.